



APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

Inciso I, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 1.1 A disponibilização dos benefícios de vale-alimentação e vale-refeição aos colaboradores do Conselho Regional de Química – CRQ-IV/SP é necessária para o atendimento ao disposto no Acordo Coletivo de Trabalho vigente para o período de 2024 a 2026, conforme estabelecido nas Cláusulas 21 e 22.
- 1.2 A oferta desses benefícios contribui para a adequada gestão e operacionalização administrativa, além de assegurar o cumprimento das diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, promovendo a conformidade legal e institucional.
- 1.3 A disponibilização dos benefícios por meio eletrônico, mediante cartões de vale-alimentação e vale-refeição, possibilita aos colaboradores a realização de refeições e a aquisição de gêneros alimentícios em ampla rede credenciada de estabelecimentos, próximos aos locais de trabalho ou residência, assegurando praticidade, comodidade e conveniência. Tais benefícios configuram importante instrumento de valorização institucional, contribuindo para a saúde, a integridade e a capacidade produtiva da força de trabalho.
- 1.4 O presente Estudo Técnico Preliminar observa o disposto na Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022, que disciplina a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como o uso do Sistema ETP Digital.

2 – Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade

Inciso II, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

2.1 Natureza da contratação

- 2.1.1 Para o adequado atendimento às necessidades da Administração, a solução a ser contratada deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e de sustentabilidade a seguir descritos.
- 2.1.2 O benefício de vale-refeição deverá permitir a aquisição de refeições e lanches prontos em estabelecimentos credenciados, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares. O benefício de vale-alimentação deverá possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios in natura em hipermercados, supermercados, hortifrutigranjeiros, açougues e estabelecimentos congêneres.
- 2.1.3 A contratada deverá atender integralmente à legislação aplicável ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, instituído pela Lei nº 6.321/1976 e suas atualizações, bem como às condições estabelecidas pelo Conselho Regional de Química – IV Região (CRQ-IV/SP).
- 2.1.4 Os serviços deverão ser prestados por meio de cartões eletrônicos com chip de segurança, personalizados com a identificação do CRQ-IV/SP, nome do beneficiário, numeração vinculada à pessoa jurídica emissora, prazo de validade e proteção por senha individual.



- 2.1.5 Para esta contratação poderá ser adotado o arranjo aberto ou fechado
- 2.1.6 Os cartões deverão conter tecnologia que permita sua utilização em pagamentos on-line, observados os requisitos de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, em conformidade com a legislação vigente.
- 2.1.7 A solução deverá disponibilizar aplicativo móvel para smartphones (Android e iOS) ou acesso por página na internet¹, contendo, no mínimo, as seguintes funcionalidades aos beneficiários:
- a) consulta de saldo e extrato;
 - b) bloqueio do cartão em caso de perda, roubo, extravio ou dano;
 - c) geração e alteração de senha;
 - d) pagamento por aproximação (contactless);
 - e) consulta à rede credenciada por geolocalização (GPS);
 - f) consulta a estabelecimentos com opção de delivery;
 - g) solicitação de segunda via do cartão;
 - h) geração de cartões virtuais.
- 2.1.7.1 A contratada deverá possuir convênio para pagamento em sítio eletrônico ou aplicativos de, no mínimo, uma empresa fornecedora de refeições prontas e gêneros alimentícios in natura, na modalidade delivery².
- 2.1.8 A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo CRQ-IV/SP, a existência de rede de estabelecimentos credenciados para aceitação dos cartões de vale-alimentação e vale-refeição, em conformidade com as normas do PAT, mediante apresentação de listagem contendo, no mínimo, razão social, CNPJ, endereço e telefone.
- 2.1.9 Os pedidos mensais de recarga e/ou créditos dos cartões deverão ser realizados pelo contratante por meio eletrônico, mediante envio de arquivo ou remessa on-line, com antecedência de até 5 (cinco) dias corridos da data prevista para disponibilização dos créditos.
- 2.1.10 A contratada deverá disponibilizar central de atendimento ao usuário (SAC) em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para registro de ocorrências relacionadas a perda, roubo, extravio ou dano, bem como para bloqueio, desbloqueio, solicitação de segunda via e redefinição de senha, inclusive por meio de aplicativo com discagem gratuita.
- 2.1.10.1 Deverá ser disponibilizado atendimento específico ao gestor do contrato, por meio de central telefônica gratuita (0800), de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com registro de protocolo, para tratamento das demandas relacionadas à gestão e ao gerenciamento dos benefícios.

¹As funcionalidades previstas neste item correspondem as funções a serem executadas pela Contratada, e representam as parcelas de maior relevância e valor significativo dos serviços a serem disponibilizados em APP/site.

O conhecimento da rede credenciada mais próxima ao usuário proporcionará considerável redução de tempo e deslocamento, além de melhoria da qualidade de vida e bem-estar ao usuário por encontrar variedades de opções aos redores de sua localização atual.

A alteração de senha do cartão e opção para esquecimento de senha são práticas adotadas pelas empresas do segmento de benefícios, por serem frequentemente demandadas pelos usuários.

²Os aplicativos ou páginas de internet de delivery proporcionam redução de aglomerações ocasionadas pelos transeuntes nas compras de refeições em restaurantes, lanchonetes, bares, padarias, confeitarias e estabelecimentos similares.

A opção delivery e pagamento virtual em suas plataformas oferecerá ao usuário mais conveniência e conforto, com



redução do tempo de espera e rapidez na entrega dos produtos alimentícios, visto que o pagamento poderá ser realizado através do próprio aplicativo de delivery ou página de internet sem a necessidade do emprego do cartão.

2.1.11 Todos os custos relativos à emissão, fornecimento, entrega dos cartões (inclusive segundas vias) e demais despesas necessárias à execução dos serviços deverão estar incluídas na taxa de administração ofertada, não podendo gerar ônus adicional ao CRQ-IV/SP ou aos beneficiários.

2.1.12 Os serviços objeto da contratação classificam-se como de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.13 Trata-se de serviço de natureza continuada, cuja interrupção comprometeria o cumprimento de obrigações legais e trabalhistas assumidas pelo CRQ-IV/SP.

2.2 Duração Inicial do Contrato

2.2.1 O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção da contratação, haja manifestação formal de interesse da autoridade competente e sejam atendidos os requisitos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante formalização por termo aditivo.

2.2.2 No processo de gestão e fiscalização do contrato, a empresa contratada será avaliada por meio de Pesquisa de Satisfação, a cada cinco meses, aplicadas com os beneficiários para manifestarem sobre a qualidade do serviço prestado.

2.2.3 Para renovação do contrato, o CRQ-IV/SP somará os resultados das 2 (duas) Pesquisas de Satisfação aplicadas (a cada cinco meses) e se a apuração for inferior a 80% do grau de satisfação dos beneficiários, o contrato não será renovado e o CRQ-IV realizará novo processo de votação com as demais empresas credenciadas e contratará aquela que obtiver a maioria dos votos.

2.2.3.1 Será realizada pesquisa de satisfação envolvendo todos os colaboradores, por meio de formulário eletrônico disponibilizado em plataforma digital (Google Forms ou Microsoft Forms).

A metodologia adotada observa os seguintes princípios:

- Facilidade de compreensão;
- Agilidade no preenchimento;
- Uniformidade das respostas;
- Tratamento estatístico direto e transparente.

As respostas serão consolidadas automaticamente pela plataforma utilizada, permitindo apuração, cujos resultados subsidiarão a análise técnica e a tomada de decisão administrativa.



2.2.3.2 A pesquisa abordará os seguintes quesitos:

- Qualidade no atendimento da Central de Atendimento ao Usuário.
- Facilidade na utilização da ferramenta disponibilizada pela Contratada, para acompanhamento da utilização do cartão e verificação do respectivo saldo de crédito no cartão.
- Aceitação na rede credenciada.

2.2.3.3 Cada quesito que irá compor o questionário será agrupado em uma escala com 6 pontos, sendo que as questões pontuadas como “desconheço” não serão consideradas como indicador para medir o grau de satisfação do beneficiário.

1. Excelente
2. Bom
3. Regular
4. Ruim
5. Péssimo
6. Desconheço

2.2.3.4 O Grau de Satisfação será obtido pela soma das respostas pontuadas como “Excelente” e “Bom” em cada quesito, sendo que a meta a cumprir pela Contratada para atender ao nível de satisfação dos beneficiários está fixada em 80%.

2.3. Sustentabilidade

2.3.1 A CONTRATADA deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), adotando práticas de racionalização no uso de materiais e insumos, redução do consumo de energia e de recursos naturais, minimização de impactos ambientais, bem como a destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados na execução dos serviços, incluindo ações de reutilização e reciclagem, quando aplicável.

2.4 Transição Contratual

2.4.1 Não se faz necessária a previsão de transição contratual para o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, uma vez que a contratação não envolve a continuidade de serviços em execução nem a transferência de conhecimento, ativos, processos ou responsabilidades entre contratados.

2.5 Relevância dos requisitos estipulados

2.5.1 O levantamento de requisitos foi realizado a partir da análise de Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência e Editais de outros órgãos da Administração Pública, referentes a soluções similares ou equivalentes, bem como por meio da consulta a publicações do Conselho de classe, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, da análise de contratações similares e de pesquisa junto a potenciais fornecedores, com vistas à identificação de práticas consolidadas, requisitos técnicos adequados e soluções compatíveis com as necessidades da contratante.



2.6 Requisitos Técnicos e Normativos da Contratação

- 2.6.1 A contratação deverá atender às disposições do Acordo Coletivo de Trabalho vigente, às normas do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, bem como à legislação aplicável, prevendo o fornecimento de vale-alimentação e vale-refeição por meio eletrônico, com ampla rede credenciada e mecanismos de segurança que garantam a correta utilização do benefício.
- 2.6.2 Lei 6.321/76 - Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.
- 2.6.3 Decreto nº 10.854/2021 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.
- 2.6.4 Lei 13.442/22 - Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 2.6.5 Decreto 12.712/2025 - Altera o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, para dispor sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador e estabelecer parâmetros e condições aplicáveis às modalidades de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, nos termos do disposto na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.

3 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução

Inciso III, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

3.1 Levantamento de mercado

- 3.1.1 Para a presente contratação, foi avaliada a alternativa de fornecimento direto de refeições prontas pelo próprio Conselho Regional de Química – CRQ-IV/SP. Contudo, tal solução mostrou-se inviável, uma vez que a Autarquia não dispõe de estrutura física adequada, para a instalação, operação e manutenção de refeitórios ou cozinhas que comportem todos os colaboradores de forma segura, observando as exigências legais, sanitárias e normativas aplicáveis.
- 3.1.2 Outra alternativa analisada foi a concessão do benefício em pecúnia. Todavia, essa opção revelou-se desvantajosa sob os aspectos técnico, jurídico e econômico, uma vez que o pagamento em dinheiro pode caracterizar natureza salarial do benefício, ensejando a incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, tais como FGTS, INSS e Imposto de Renda, especialmente se concedido de forma contínua ou sem a adoção das providências legais junto às entidades representativas dos trabalhadores.
- 3.1.3 Os serviços de fornecimento e gerenciamento de cartões de vale-alimentação e vale-refeição vêm sendo executados pelo CRQ-IV/SP desde o ano de 2007, consolidando-se como solução adequada às necessidades da instituição.



- 3.1.4 O contrato atualmente vigente, firmado com a empresa Pluxee (Sodexo) em maio de 2021, atingiu o limite máximo de prorrogação permitido, tornando necessária a realização de novo procedimento licitatório para continuidade da prestação dos serviços.
- 3.1.5 Em consonância com as práticas observadas no mercado a celebração de contrato será com taxa de administração de 0% (zero por cento), modelo amplamente adotado por outros órgãos e entidades da Administração Pública.
- 3.1.6 A análise detalhada das contratações similares evidência que a solução pretendida — contratação de empresa especializada para fornecimento e gerenciamento de cartões de alimentação e refeição — é prática recorrente e consolidada no âmbito da Administração Pública.
- 3.1.7 O levantamento de mercado foi realizado por meio da análise de contratações similares efetuadas por órgãos públicos nos últimos doze meses, constatando a adoção uniforme da taxa de administração de 0% (zero por cento), conforme descrito na tabela abaixo:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SPWWW.CRQSP.ORG.BR

Orgão	Objeto	Modalidade	Data	Valor da Contratação	Taxa de Administração
Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª Região	Credenciamento de empresas especializadas na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, com chip de segurança, para os empregados e do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª Região PR/SC, na forma definida pela legislação pertinente e dispositivos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamentam o PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, pelo período de 12 (doze) meses	Chamamento Público nº 001/2025 - Inexigibilidade nº 002/205 - Processo Administrativo nº 012/2025 - Credenciamento	25/07/2025	R\$ 274.560,00	0%
Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas	Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de implementação, gerenciamento e administração de auxílio alimentação e refeição, através de cartão magnético e/ou cartão eletrônico, com tecnologia de chip (Acórdão TCU 1.228/2016-Plenário e Súmula TCECSC nº 2), e aceite por aplicativo(s) de e-commerce / delivery (Acórdão TCU 1020/2021 - Plenário), com respectivas recargas de créditos mensais, destinados aos beneficiários (colaboradores) do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, objetivando à aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e/ou refeições prontas em estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional, na forma definida pela legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	Credenciamento nº 001/2025	10/09/2025	R\$ 374.400,00	0%
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – CREA GO	Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração e fornecimento de Vale-Alimentação/Refeição (híbrido), em âmbito nacional, através de cartão magnético e cartão eletrônico de alimentação, com chip de segurança e senha numérica individualizada, com repasses e recargas por meios eletrônicos dos respectivos créditos mensais e acompanhamento por meio de aplicativo	Edital nº 015/2025 Chamamento Público nº 002/2025	23/07/2025	R\$ 5.019.300,00	0%
Conselho Regional de Farmácia São Paulo	Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefício refeição e alimentação na forma de créditos em cartão eletrônico com chip de segurança, para os colaboradores do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP	Processo Administrativo SEI nº CRFSP25.6.000041975-0 Credenciamento nº 389461-67/2026	26/01/2026	R\$ 5.533.768,80	0%



3.2 Justificativa técnica

3.2.1 Consideradas as alternativas analisadas e sua compatibilidade com as práticas observadas no mercado, conclui-se que a solução que melhor atende às necessidades do Conselho Regional de Química IV Região – CRQ-IV/SP, proporcionando maior eficiência administrativa, segurança operacional e autonomia aos colaboradores, é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de cartões eletrônicos de vale-refeição e vale-alimentação, com recargas mensais de créditos, para utilização em ampla rede de estabelecimentos credenciados.

3.2.2 Em razão disso, a contratação será realizada por meio do procedimento auxiliar de licitação o credenciamento, com seleção a critério de terceiros, no qual a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação, conforme disposto no artigo 70, inciso II da Lei 14.133/21 e artigo 3º, inciso II do Decreto nº 11.878/24.

A contratação será direta, por inexigibilidade, conforme previsto no inciso IV do caput do art. 74 da Lei nº 14.133/21 e artigo 6º, inciso I do Decreto nº 11.878/24.

3.2.3 A seleção da empresa a ser contratada com base em votação interna dos colaboradores, de modo que a empresa credenciada que obtiver a maior quantidade de votos será a primeira contratada. Seguindo as decisões pacificadas no TCU, conforme descritas abaixo:

Acórdão nº 500/2025 – TCU – Relator: Ministro-Substituto: Augusto Sherman Cavalcanti

“Considerando que, em exame de mérito, concluiu a AudContratações pela improcedência da representação, haja vista que o art. 79 da Lei 14.133/2021 prevê como uma das possibilidades a seleção a critério de terceiros, o qual é aplicável aos procedimentos de credenciamento, no qual a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da contratação, nos termos do inciso II do referido dispositivo,

Considerando que tal critério foi avaliado no precedente Acórdão 1055/2024-TCU-1ª Câmara, sob a relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus, no qual restou consignado que “(...) o art. 79 da Lei 14.133/2021 exige que o procedimento auxiliar de credenciamento seja conduzido de forma objetiva e transparente e não necessariamente a contratação irrestrita dos fornecedores credenciados”, bem assim, que “(...) ao prever que a empresa contratada seria aquela escolhida por meio de votação a cargo dos colaboradores beneficiários diretos da prestação do serviço, estabelece um critério objetivo de seleção a critério de terceiros, conforme art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021”, Considerando que, conforme aduzido pela unidade instrutiva, restou assentado no precedente Acórdão 533/2022-TCU-Plenário (Rel. Min. Antônio Anastasia) que “14. (...), o posterior advento do novo Estatuto de Licitações (Lei 14.133/2021), ao prever expressamente o credenciamento como forma de seleção de fornecedores, nos respectivos arts. 6º e 79, não impôs a exigência de contratação de todos os credenciados”,

Considerando que, segundo consignado na instrução realizada pela unidade técnica, “16.6. No caso concreto, o item 10.1 do edital, ao prever que a empresa contratada seria aquela escolhida por meio de votação a cargo dos colaboradores beneficiários diretos da prestação do serviço, estabelece um critério objetivo de seleção a critério de terceiros, conforme art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021 (peça 10, p. 12). O edital previu ainda, em seu item 10.2, igualdade de oportunidade a todas as credenciadas de se apresentarem aos colaboradores”,

Acórdão nº 6000/2025 – TCU – 2ª Câmara – Relator : Ministro Augusto Nardes

Considerando que é relevante destacar que o procedimento de credenciamento não se confunde com a contratação em si, tampouco impõe ao CRF-TO a obrigação de contratar todos os credenciados. A escolha da empresa por meio de votação interna, por sua vez,



encontra respaldo no art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021, justamente por permitir que a seleção recaia sobre o critério de preferência dos beneficiários diretos do serviço;

Considerando que o representante alega que todas as empresas votadas deveriam ser contratadas, sustentando que tal medida atenderia integralmente os interesses dos beneficiários. Embora legítima a preocupação apresentada, trata-se de matéria que se insere no âmbito da discricionariedade administrativa, a qual deve ser exercida em conformidade com os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência. No caso concreto, observa-se que, conforme disposto no item 11.1 do Termo de Referência do edital (peça 6, p. 19), o quadro de servidores do CRF-TO restringe-se a apenas 33 beneficiários. À vista do reduzido universo de usuários e dos custos inerentes ao gerenciamento de múltiplos contratos, mostra-se razoável e proporcional a opção da Administração por realizar eleição entre os servidores para a escolha de apenas uma empresa, solução que harmoniza os interesses dos beneficiários com a busca pela economicidade e pela simplificação administrativa;

Considerando que o item 12 do termo de referência trata dos critérios de seleção, definindo (peça 6, p. 20): que a votação ocorrerá em cédula de papel contendo os nomes das credenciadas, por ordem alfabética, e depósito em urna fechada; o tempo de duração da votação; e como se dará o escrutínio da urna, a ser realizado após o término da votação em sessão aberta aos interessados. Além disso dispõe sobre o encaminhamento pelas empresas credenciadas de folders e materiais explicativos dos serviços ofertados, rede credenciada, e benefícios disponibilizados, de forma a auxiliar os beneficiários na escolha da empresa a ser contratada;

Acórdão nº 10055/2024 – TCU – 1ª Câmara – Relator: Ministro Jhonatan de Jesus

Considerando que a empresa representante alega que o item 9.5 do referido edital conteria restrição à competitividade e desvirtuamento do processo de credenciamento, em afronta ao previsto na Lei nº 14.133/2021, uma vez que estipula que apenas a empresa que obtiver um mínimo de 40% dos votos dos beneficiários será considerada elegível para contratação; considerando que, segundo argumenta a representante, o art. 79 da Lei 14.133/2021 permitiria o credenciamento de todas as empresas que cumpram aos requisitos do edital, sendo, portanto, facultado ao servidor a escolha do prestador de serviço dentre todas as credenciadas, de modo que toda e qualquer empresa credenciada que for escolhida deveria ser contratada, independentemente da quantidade de colaboradores que a tenham escolhido;

considerando que, diferente do alegado, o art. 79 da Lei 14.133/2021 exige que o procedimento auxiliar de credenciamento seja conduzido de forma objetiva e transparente e não necessariamente a contratação irrestrita dos fornecedores credenciados;

considerando que o item 9.5 do edital, ao prever que a empresa contratada seria aquela escolhida por meio de votação a cargo dos colaboradores beneficiários diretos da prestação do serviço, estabelece um critério objetivo de seleção a critério de terceiros, conforme art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021;

considerando que o edital previu ainda, em seus itens 9.1 a 9.4, igualdade de oportunidade a todas as credenciadas de se apresentarem aos colaboradores;

considerando que, conforme precedentes do TCU (Acórdão 1984/2024-TCU-Plenário e Acórdão 459/2023-TCU-Plenário), o procedimento de credenciamento deve observar princípios de transparência e objetividade, e que o texto do edital atendeu a estes requisitos;

considerando, portanto, que a cláusula impugnada pela representante não pode ser considerada restritiva à competitividade do certame, tendo em vista que o Edital 1/2024 de credenciamento da Anater apresentou critérios objetivos de escolha de distribuição da demanda, de modo que **não há** plausibilidade jurídica nas alegações da representante;



3.2.4 No que se refere à operacionalização e à gestão contratual, que demandam mão de obra especializada e integração de sistemas, o fornecedor vencedor deverá atender de forma integral às necessidades do Conselho, abrangendo todos os tipos de benefícios e os diversos locais de prestação dos serviços.

3.2.5 A eventual contratação de diversas empresas além de ampliar a demanda por mão de obra interna para gestão e fiscalização de múltiplos contratos, poderia gerar transtornos aos colaboradores e à equipe de Gestão de Pessoas, especialmente considerando que as atividades de fiscalização do CRQ-IV/SP se desenvolvem em todo o estado de São Paulo.

3.3 Regra para seleção dos credenciados

3.3.1 - O prazo para este Credenciamento permanecerá aberto a partir da publicação do Edital, permanecendo vigente, para o recebimento de inscrições para a primeira seleção, pelo período de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua publicação do extrato do Edital no Diário Oficial da União - DOU, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site do CRQ-IV/SP.

3.3.1.1 - O prazo de 15 (quinze) dias úteis para habilitação está em consonância com os princípios da publicidade e transparência da Lei no 14.133/2021 e com o Decreto no 11.878/2024, assegurando tempo hábil para que as interessadas tomem ciência do edital, preparem e submetam a documentação necessária.

3.3.1.2 Este prazo é considerado razoável e suficiente para a preparação das empresas, garantindo ampla participação e competitividade, conforme exigido pelo artigo 9º do Decreto no 11.878/2024.

3.3.1.3 - As empresas interessadas deverão encaminhar, exclusivamente pelos seguintes endereços eletrônicos: licitacao1@crqsp.org.br e licitacao2@crqsp.org.br, o requerimento de participação e os demais documentos exigidos, em conformidade com o disposto no Edital.

3.3.1.4 - As empresas que cumprirem todos os requisitos do Edital serão habilitadas e credenciadas, podendo participar do processo de escolha pelos empregados do CRQ-IV/SP. O resultado será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no site do CRQ-IV/SP.

3.3.1.5 - O credenciamento não implica em obrigação de contratação por parte do CRQ-IV/SP, **que ocorrerá mediante escolha dos beneficiários, conforme regras do edital.**

3.4 Da votação interna: regras para seleção da empresa a ser contratada

3.4.1 Após a divulgação das empresas credenciadas Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no site do CRQ-IV/SP, a Gerência Estratégica de Pessoas realizará processo interno de seleção, para que os colaboradores façam a opção pelo fornecedor de sua preferência.

3.4.2. Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de divulgação das empresas credenciadas, para que as mesmas encaminhem ao e-mail: licitacao1@crqsp.org.br e licitacao2@crqsp.org.br o material de comunicação e marketing para apresentação aos colaboradores do CRQ-IV/SP.



- 3.4.2.1 **O material de comunicação e marketing deverá ser apresentado em formato PDF, observado o Decreto 10.854/2021, que veda quaisquer programas de recompensa que envolvam operações de cashback, bem como outras verbas e benefícios, tais como dispostos no art. 3º, III, da Lei 14.442/2022.**
- 3.4.2.2 **Observação: Recomenda-se a utilização de arquivos em formato PDF, com tamanho máximo de 10MB cada, limitando-se o envio do e-mail ao total de 25MB.**
- 3.4.3 Na hipótese de existir apenas uma empresa credenciada, a etapa de votação torna-se dispensável, não havendo necessidade de processo de escolha por parte dos empregados.
- 3.4.4 Caso contrário, será estabelecido um período de 5 (cinco) dias úteis para votação, em data a ser definida pelo CRQ-IV/SP, durante o qual os colaboradores terão a oportunidade de tomar ciência do material de comunicação e marketing apresentado pelas empresas credenciadas e manifestar sua preferência.
- 3.4.5 O processo de seleção será amplamente divulgado a todos os colaboradores do CRQ-IV/SP, através de e-mail e/ou comunicados internos.
- 3.4.6 A divulgação de materiais pelas empresas credenciadas deve respeitar as diretrizes legais e evitar práticas que distorçam a finalidade do programa de auxílio-refeição, como a concessão de benefícios financeiros que possam resultar em aumento de preços ou desvirtuamento da política pública de alimentação. O descumprimento dessas diretrizes poderá resultar na desconsideração do material apresentado e na exclusão imediata da empresa credenciada, em conformidade com a legislação vigente.
- 3.4.6.1 A verificação de descumprimento das condições estabelecidas poderá ocorrer por iniciativa do CRQ-IV/SP durante a análise do material de comunicação apresentado pela empresa credenciada ou mediante provocação de terceiros formalmente apresentada até 1 (um) dia útil após o prazo final da entrega do material. Em caso de constatação de irregularidades, a empresa será notificada para adequação de seu material no prazo de 3 (três) dias úteis. Transcorrido o prazo, sem o atendimento integral da determinação ou na ausência de justificativa aceitável, a empresa será excluída do processo de seleção, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.
- 3.4.6.2 A manutenção da integridade e transparência do processo de seleção é de responsabilidade de todas as partes envolvidas, devendo as empresas credenciadas assegurarem que suas práticas estejam em conformidade com as normas legais e os princípios éticos que regem a administração pública.
- 3.4.7 O processo de seleção da empresa a ser contratada será conduzido por meio da plataforma do Google Forms ou Microsoft Forms, acessível a todos os colaboradores do CRQ-IV/SP via e-mail corporativo. A documentação completa estará disponível para verificação pelas empresas interessadas, garantindo transparência e equidade.
- 3.4.8 Cada colaborador poderá escolher, para fins de votação, apenas uma empresa credenciada para gerenciamento do seu benefício, sendo considerada selecionada para contratação a empresa que obtiver o maior número de votos válidos.



3.4.9 Em caso de empate entre duas ou mais empresas, será realizada nova pesquisa de votação, restrita exclusivamente às empresas que obtiverem igual número de votos.

3.4.10 Ao término do período estabelecido para a votação dos colaboradores, o resultado será formalmente divulgado.

4 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

Inciso IV, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

4.1 Do Objeto

Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento do benefício de vale refeição e vale alimentação, na forma de cartão eletrônico com chip de segurança, senha pessoal, opção de pagamento por aproximação, consulta eletrônica de saldo e aceita por aplicativos de delivery, e respectiva recarga de créditos mensais, por arranjo de pagamento aberto ou fechado, para o quadro de colaboradores do Conselho Regional de Química IV Região– CRQ-IV/SP

4.2 Descrição Quantitativa

Produto	Quant. (Cartões)	Valor Unitário*	Valor Mensal*	Valor Mensal (Global)*	Valor Global (Anual)*
Vale Alimentação Jornada 8 horas	130	R\$24,23	R\$727,08	R\$94.520,40	R\$1.228.765,20
Vale Alimentação Jornada 6 horas – Jovens Aprendiz / Estagiários	17	R\$15,73	R\$471,94	R\$8.022,98	R\$96.275,76
Vale Refeição - Jornada 8 horas	126	R\$66,89	R\$1.471,73	R\$185.437,98	R\$2.225.255,76
Vale Refeição - Jornada 6 horas	04	R\$52,02	R\$1.144,55	R\$4.578,20	R\$54.938,40
Vale Refeição - Jornada 6 horas – Jovens Aprendiz / Estagiários	17	R\$49,54	R\$1.089,92	R\$18.528,64	R\$222.343,68
Valor Anual Estimado de Crédito					R\$ 3.827.578,80

*Valores referente ao mês de fevereiro/2026

Nota⁽¹⁾: Conforme Acordo Coletivo de Trabalho 2024-2026, o vale alimentação será excepcionalmente concedido em “dobro” no mês de dezembro.

Nota⁽²⁾: Conforme Acordo Coletivo de Trabalho 2024-2026, o vale alimentação e vale refeição serão mantidos inclusive em caso de afastamento de férias, saúde ou licenças.

4.3 Confeção dos Cartões

4.3.1 Os cartões deverão ser confeccionados com tecnologia adequada e padrão de qualidade técnica que assegure a prevenção contra fraudes, clonagens e falsificações.



- 4.3.2 A Contratada deverá providenciar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como realizar, quando necessário, o bloqueio imediato do saldo remanescente após a comunicação do ocorrido, assegurando a restituição integral dos valores ao colaborador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do bloqueio.
- 4.3.3 A Contratada deverá garantir a ampla aceitação e a utilização dos cartões nos estabelecimentos credenciados em todo o território nacional, haja vista que inúmeras vezes os colaboradores participam de reuniões, cursos e treinamentos em outros estados.
- 4.3.4 A Contratada deverá disponibilizar central de atendimento ao usuário (Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC), em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, destinada ao registro de ocorrências e solicitações relativas à perda, roubo, extravio ou dano dos cartões, bem como aos procedimentos de bloqueio, desbloqueio, solicitação de segunda via e gerenciamento de senha, informando o respectivo canal de contato.

4.4 Condições de fornecimento dos cartões

- 4.4.1 Os cartões deverão ser emitidos por tipo de benefício, sendo entregues personalizados com o nome do colaborador, a razão social do Conselho Regional de Química IV Região e numeração de identificação sequencial, acondicionados em envelope lacrado e individualizado.
- 4.4.2 Os cartões deverão possuir tecnologia de segurança por meio de chip, compatível com terminais de pagamento dos tipos TEF e POS, bem como proteção por senha numérica pessoal no momento da transação, de modo a assegurar a privacidade, a segurança na utilização e a mitigação de prejuízos em casos de extravio, furto ou roubo.
- 4.4.3 O prazo de validade dos cartões deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contados a partir da data de emissão.
- 4.4.4. A Contratada deverá providenciar a reemissão de cartões vencidos ou defeituosos, com a correspondente transferência integral dos valores já creditados e não utilizados.
- 4.4.5. Os cartões deverão possuir funcionalidade de recarga automática de créditos.
- 4.4.6. Deverá ser permitido o acúmulo dos valores não utilizados dentro do período de crédito, sem prazo de expiração.
- 4.4.7. A Contratada será responsável pela reposição dos créditos eventualmente utilizados de forma indevida em decorrência de clonagem ou fraude do cartão eletrônico.

4.5 Locais de Entrega dos Cartões:

- 4.5.1 A Contratada deverá realizar a entrega dos cartões exclusivamente na Sede do Conselho Regional de Química IV Região – CRQ-IV/SP, situada à Rua Oscar Freire, nº 2.039, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-011, aos cuidados da Gerência Estratégica de Pessoas – GEP.



4.6 Gerenciamento dos Benefícios

4.6.1 A Contratada deverá disponibilizar ao Conselho Regional de Química IV Região – CRQ-IV/SP, por meio de acesso seguro (login e senha), ferramenta eletrônica de gestão on-line que permita a execução das seguintes funcionalidades:

- a) Realização de pedidos mensais de créditos por meio de importação de arquivo no formato .xls ou por remessa eletrônica;
- b) Inclusão, exclusão, atualização e consulta de beneficiários e de seus respectivos dados cadastrais;
- c) Realização de alterações cadastrais da empresa contratante;
- d) Solicitação de emissão de cartões, reemissão de cartões, concessão de créditos individuais e solicitação de estorno de créditos;
- e) Emissão de relatórios gerenciais contendo as movimentações realizadas, histórico de compras e pedidos, acompanhamento da entrega de novos cartões e demais informações necessárias à gestão eficiente e adequada dos serviços;
- f) Disponibilização de acesso ao sistema à unidade gestora do contrato para fins de administração e controle dos créditos, permitindo o cadastro de um ou mais usuários, cujos níveis de permissão (consulta ou administração) serão definidos pelo Supervisor da unidade gestora;
- g) Acompanhamento do status dos pedidos de créditos, desde a solicitação até a efetiva disponibilização nos respectivos cartões;
- h) Acompanhamento do status das entregas dos cartões, incluindo a obtenção e disponibilização dos respectivos comprovantes de entrega;
- i) Possibilidade de disponibilização de créditos emergenciais no prazo máximo de até 2 (duas) horas após a solicitação, desde que realizada dentro do horário comercial.

4.7 Prazos a serem observados

4.7.1 Caberá à Contratada, desde o início da vigência contratual, a observação dos seguintes prazos:

4.7.1.1 Primeira emissão e entrega de cartões: será feita no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio do cadastro inicial de beneficiários apresentado pelo CRQ-IV/SP;

4.7.1.2 Emissões subsequentes/ Segunda via dos cartões em casos de perda, furto, extravio ou desgaste natural: no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da solicitação, com a devida transferência do saldo remanescente de benefícios para o(s) novo(s) cartão(ões), se o caso;

4.7.1.3 Disponibilização de créditos: Em geral, os créditos deverão ser disponibilizados até o último dia útil do mês anterior ao mês de referência dos créditos.

4.7.1.3.1 Os créditos disponibilizados no cartão serão cumulativos e disponíveis aos usuários, independente da frequência de uso do cartão, sem prazo para expiração, mesmo após o término da vigência do contrato.

4.7.2 Ao usuário que deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo deverá permanecer com o saldo disponível no cartão, sem prazo de expiração, até a utilização total do saldo remanescente.



4.8 Rede Credenciada

4.8.1 A Licitante vencedora deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, rede credenciada que atenda, no mínimo:

- 80% (oitenta por cento) do quantitativo estimado de estabelecimentos por município constante da tabela abaixo;
- 1 (um) estabelecimento por modalidade (VA ou VR) nos municípios com quantitativo estimado igual ou inferior a 2 (dois).

4.8.1.1 A contratada terá prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura para complementar eventual diferença até atingir 100% do quantitativo estimado.

4.8.1.2 A fixação de percentual inferior à totalidade objetiva preservar a competitividade e permitir ampla participação de licitantes, em conformidade com o art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4.8.2 Para fins de parâmetro, os quantitativos mínimos foram estabelecidos de acordo com que inúmeras vezes em que os colaboradores participaram de reuniões, cursos e treinamentos em outros estados.

Ressalta-se que, em razão da natureza itinerante dessas atribuições, os colaboradores podem necessitar de deslocamentos frequentes, o que demanda condições adequadas para a aquisição de refeições e gêneros alimentícios, assegurando-lhes o suporte necessário ao desempenho regular de suas funções.

Ademais, foi levado em consideração o histórico dos últimos 12 meses referente à utilização de rede credenciada que os colaboradores do CRQ-IV/SP utilizaram, possibilitando liberdade de escolha, inclusive no período de férias, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, firmado com o Sindicato da categoria.

A exigência de rede credenciada mínima constitui requisito técnico de execução do objeto, não direcionando ou limitando a competitividade, estando em estrita conformidade com os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e isonomia.

4.8.2.1 Deve ser observado que a indicação das localidades, não implica, necessariamente, que o uso do benefício se dará exclusivamente nestas localidades, posto que a dinâmica da atividade finalística implica em utilização em localidades desprovidas de unidades administrativas ou nem mesmo as localidades listadas:

LOCALIDADES	QTD. ALIMENTAÇÃO	QTD. REFEIÇÃO	TOTAL
ESTADO DE SÃO PAULO	1632	6.966	8.598
ADAMANTINA		3	3
ÁGUAS DA PRATA	4	2	6
ÁGUAS DE LINDOIA		2	2
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	1	2	3
AGUDOS		1	1
AMERICANA	2	8	10
AMÉRICO BRASILIENSE		1	1
ANDRADINA		3	3
ANGATUBA		1	1
APARECIDA		4	4



APIAI		1	1
ARACARIGUAMA		1	1
ARACATUBA	13	35	48
ARARAQUARA	15	30	45
ARARAS	4	3	7
ARUJA	2	11	13
ASSIS		1	1
ATIBAIA	8	38	46
AVARE		4	4
BARIRI	2	2	4
BARRA BONITA	7	3	10
BARRETOS	1		1
BARUERI	10	53	63
BAURU	7	41	48
BERTIOGA	1	13	14
BILAC		1	1
BIRIGUI	3	1	4
BIRITIBA MIRIM	2	5	7
BOA ESPERANCA DO SUL	2	4	6
BOFETE		1	1
BOITUVA		3	3
BORACEIA		1	1
BORBOREMA		1	1
BOTUCATU	1	7	8
BRAGANCA PAULISTA	1	10	11
BROTAS		1	1
CABREUVA		2	2
CACAPAVA		4	4
CACHOEIRA PAULISTA		1	1
CAIEIRAS	3	21	24
CAJAMAR	10	18	28
CAJATI		1	1
CAJURU		1	1
CAMPINAS	27	141	168
CAMPO LIMPO PAULISTA	2	4	6
CAMPOS DO JORDAO		3	3
CAPIVARI		3	3
CARAGUATATUBA	8	5	13
CARAPICUIBA	4	21	25
CASA BRANCA		1	1
CASTILHO		2	2
CATANDUVA		2	2
CERQUEIRA CESAR		2	2
CERQUILHO		1	1



CHARQUEADA		1	1
CHAVANTES		1	1
CORDEIROPOLIS		3	3
COSMOPOLIS		1	1
COTIA	24	79	103
CRAVINHOS		1	1
CUBATAO	2	2	4
DIADEMA	4	12	16
DOURADO		2	2
ELIAS FAUSTO		1	1
EMBU DAS ARTES	5	24	29
EMBU-GUACU		1	1
FARTURA	1	1	2
FERNANDOPOLIS	2		2
FERRAZ DE VASCONCELOS	2	6	8
FRANCA	1	2	3
FRANCISCO MORATO		1	1
FRANCO DA ROCHA	5	11	16
GARÇA		4	4
GUAICARA		1	1
GUARANI D'OESTE	1		1
GUARARAPES		1	1
GUARAREMA	1	3	4
GUARIBA		1	1
GUARUJA	8	5	13
GUARULHOS	83	306	389
HOLAMBRA		3	3
HORTOLANDIA	11	45	56
IACANGA		1	1
IBATE	5	3	8
IBITINGA		1	1
IBIUNA	1	3	4
IGARATA		2	2
ILHABELA	1	3	4
INDAIATUBA	1	11	12
IPERO		1	1
ITANHAEM	3	4	7
ITAPECERICA DA SERRA	4	8	12
ITAPETININGA	4	6	10
ITAPEVA		1	1
ITAPEVI	1		1
ITAPOLIS		1	1
ITAQUAQUECETUBA		20	20
ITATIBA	1	2	3



ITIRAPINA		1	1
ITU		12	12
ITUPEVA	12	22	34
JABOTICABAL		2	2
JACAREI		19	19
JAGUARIUNA	5	10	15
JALES		3	3
JARINU	1	4	5
JAU	13	18	31
JUNDIAI	5	75	80
JUNQUEIROPOLIS		2	2
JUQUIA		1	1
JUQUITIBA		2	2
LENCOIS PAULISTA		2	2
LIMEIRA	4	15	19
LINS		2	2
LORENA		6	6
LOUVEIRA		3	3
MAIRIPORA	3	14	17
MARACAI		1	1
MARILIA		8	8
MATAO		2	2
MAUA		19	19
MIRACATU		2	2
MIRANDOPOLIS		1	1
MOCOCA		2	2
MOGI DAS CRUZES	22	83	105
MOGI GUACU		2	2
MOGI MIRIM		1	1
MONGAGUA		1	1
MONTE MOR	4	10	14
MONTEIRO LOBATO		1	1
NAZARE PAULISTA		2	2
NOVA ODESSA		2	2
OLIMPIA	2	3	5
ORLANDIA	1	1	2
OSASCO	41	154	195
OURINHOS		10	10
OURO VERDE		1	1
OUROESTE	1		1
PALMITAL		1	1
PARAGUACU PAULISTA		2	2
PARDINHO		5	5
PARIQUERA-ACU		1	1



PAULICEIA		1	1
PAULINIA		1	1
PEDERNEIRAS		3	3
PENAPOLIS		1	1
PERUIBE	1	4	5
PIEDADE		1	1
PINDAMONHANGABA		8	8
PINHALZINHO		2	2
PIRACAIA	1	4	5
PIRACICABA	32	32	64
PIRAJU		2	2
PIRAJUI		1	1
PIRAPORA DO BOM JESUS	1	1	2
PIRASSUNUNGA		5	5
PIRATININGA	2	2	4
POA	2	4	6
POMPEIA	1	2	3
PORTO FELIZ		1	1
PORTO FERREIRA		1	1
PRAIA GRANDE	21	76	97
PRESIDENTE PRUDENTE	5	9	14
PRESIDENTE VENCESLAU		1	1
QUELUZ		1	1
RANCHARIA		1	1
REGENTE FEIJO	1		1
REGISTRO	2	6	8
RIBEIRAO BONITO		1	1
RIBEIRAO PIRES		3	3
RIBEIRAO PRETO	26	59	85
RIO CLARO	1	9	10
RIO DAS PEDRAS		1	1
ROSEIRA		4	4
SALTO		2	2
SANTA BARBARA D OESTE	3	13	16
SANTA BRANCA		1	1
SANTA CRUZ DO RIO PARDO		4	4
SANTA FE DO SUL		1	1
SANTA GERTRUDES		1	1
SANTA ISABEL		5	5
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	1	1	2
SANTA ROSA DE VITERBO		1	1
SANTANA DE PARNAIBA	4	5	9
SANTO ANDRE	35	208	243
SANTOS	23	102	125



SAO BENTO DO SAPUCAI	1		1
SAO BERNARDO DO CAMPO	11	79	90
SAO CAETANO DO SUL	11	76	87
SAO CARLOS	8	50	58
SAO JOAO DA BOA VISTA	1	4	5
SAO JOSE DO RIO PARDO		3	3
SAO JOSE DO RIO PRETO	13	35	48
SAO JOSE DOS CAMPOS	14	100	114
SAO MANUEL		3	3
SAO MIGUEL ARCANJO		1	1
SAO PAULO	886	4105	4991
SAO PEDRO	2	1	3
SAO ROQUE	1	7	8
SAO SEBASTIAO	4	3	7
SAO SEBASTIAO DA GRAMA		1	1
SAO SIMAO		2	2
SAO VICENTE	1	2	3
SERTAOZINHO	3	1	4
SOCORRO		2	2
SOROCABA	39	103	142
SUMARE	3	6	9
SUZANO	3	15	18
TABOAO DA SERRA	18	62	80
TAMBAU		1	1
TAPIRATIBA		1	1
TAQUARITINGA		1	1
TATUI		2	2
TAUBATE		14	14
TIETE	1		1
TUPA		2	2
TUPI PAULISTA		1	1
UBATUBA	1	7	8
VALINHOS		3	3
VARGEM GRANDE DO SUL		1	1
VARGEM GRANDE PAULISTA	4	10	14
VARZEA PAULISTA		3	3
VINHEDO		4	4
VOTORANTIM	14	17	31
VOTUPORANGA	6	3	9
DEMAIS LOCALIDADES	82	267	349
AL	8	2	10
AM	2	3	5
BA	4	6	10
CE	1	1	2



DF	1	51	52
ES	1	3	4
GO	1	4	5
MG	33	74	107
MS		2	2
MT	3	2	5
PA		1	1
PE		8	8
PI		1	1
PR	6	33	39
RJ	13	43	56
RO	3	1	4
RS		7	7
SC	5	24	29
SE	1	1	2
TOTAL GERAL	1.714	7.233	8.947

4.8.3 A relação de estabelecimentos credenciados deverá ser apresentada em formato Excel, e constar as informações de cada estabelecimento credenciado, quais sejam: razão social, nome fantasia, endereço completo, telefone, listados em ordem alfabética.

4.8.4 Consideram-se como estabelecimentos credenciados ativos aqueles com situação Ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, com transações imediatas, por parte dos usuários, nos locais indicados e que tenha registrado ao menos uma transação nos últimos 90 dias.

A Administração poderá realizar diligências para verificação e auditoria das informações apresentadas.

4.8.5 A contratada deverá garantir a utilização dos cartões nos estabelecimentos credenciados em todo o território nacional, especialmente em capitais e municípios com população superior a 100.000 habitantes.

A exigência de abrangência nacional tem fundamento operacional, garantindo efetividade do benefício diante da mobilidade funcional dos colaboradores, sem limitar a competitividade.

4.8.6 A rede credenciada deverá ser apresentada em planilha eletrônica (Excel ou formato compatível) contendo:

- Razão social;
- Nome fantasia;
- CNPJ;
- Endereço completo;
- Município/UF;
- Telefone de contato;
- Modalidade (VA ou VR).

A lista deve ser organizada por ordem alfabética de município.



4.8.7 Durante toda a vigência do contrato, a contratada deverá:

- Manter mínimo de 95% da rede inicialmente apresentada;
- Substituir estabelecimento descredenciado ou inativo em até 15 (quinze) dias;
- Disponibilizar consulta eletrônica atualizada da rede credenciada.

4.8.8 Os interessados que ofereçam cartões bandeirados, amplamente aceitos pelo mercado, tais como AMERICAN EXPRESS, ELO, HIPERCARD, MASTERCARD e VISA, ficam dispensados de apresentar rede credenciada, devendo apresentar Declaração de Capacidade de Credenciamento (Anexo de Requerimento de Credenciamento) de que atendem os quantitativos e às localidades constantes do Edital.

4.9 Disposições Gerais

4.9.1 A Contratada deverá manter nos estabelecimentos credenciados, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

4.9.2 A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação com o usuário para recebimento de sugestões de credenciamento de estabelecimentos comerciais.

4.9.3 A Contratada, sempre que possível, credenciará os estabelecimentos sugeridos pelos usuários do CRQ-IV/SP por meio direto ou através da Gerência de Gestão de Pessoas, ressalvando a situação em que não houver interesse do estabelecimento comercial.

4.9.4 O reembolso aos estabelecimentos credenciados será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do contrato, não cabendo ao CRQ-IV/SP a responsabilidade solidária e nem subsidiariamente por esse reembolso.

4.9.5 A rede credenciada constitui uma das obrigações principais na execução do objeto deste certame, justamente por servir de instrumento de materialização (estabelecimentos) quando da aquisição de refeições prontas e aquisição de gêneros alimentícios in natura, razão pela qual não se permite a terceirização ou o cometimento a terceiro desta obrigação contratual, de tal sorte que a empresa credenciada deverá credenciar, identificar o estabelecimento, gerenciar e reembolsar diretamente os estabelecimentos de sua rede credenciada sem a participação de terceiros.

4.9.6 A atual prestadora dos serviços é a Pluxee Benefícios Brasil S.A., inscrita no CNPJ 69.034.668/0001-56, cujo contrato vigente possui término em 14/05/2026. Registra-se que a taxa de administração atualmente praticada é de 0% (zero).

4.9.7 A previsão para o início da nova contratação é 15/05/2026, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços, sem interrupções.

4.9.8 O CRQ-IV/SP, não está inscrito no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

4.9.9 O CRQ-IV/SP não adota o regime tributário de apuração com base no Lucro Real.

4.9.10 O CRQ-IV/SP não aplica percentual de desconto ao colaborador

4.9.11 É vedada a apresentação de taxa negativa.



4.10 Das Obrigações da Contratada

4.10.1 A Contratada se responsabilizará pela fiscalização dos estabelecimentos conveniados.

4.10.2 Conforme estabelece o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, para o vale-refeição, os estabelecimentos credenciados ativos deverão ser, exclusivamente, aqueles especializados no oferecimento de refeições, aptos ao fornecimento de refeições prontas, de primeira qualidade e preparadas dentro dos melhores padrões de qualidade, higiene e saúde, exigidos pela legislação específica. Já o vale-alimentação, os estabelecimentos credenciados ativos deverão ser, exclusivamente, aqueles especializados na aquisição de gêneros alimentícios in natura.

4.10.3 Requisitos mínimos de qualificação para os prestadores de serviço sem prejuízo de outras avaliações e exigências por ocasião da elaboração do termo de referência, entende-se necessária a observância dos seguintes itens:

4.10.3.1 Apresentação de atestado de capacidade técnica em nome do solicitante, fornecido por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas neste ETP.

4.10.3.2 O atestado deve ser emitido em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

4.10.3.3. O atestado deverá contemplar a quantidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previsto neste ETP.

4.11 Das Obrigações do Contratante

4.11.1 O vale-alimentação e o vale-refeição constituem benefícios custeados e geridos diretamente pelo Contratante, não integrando o objeto contratual para fins de remuneração da contratada, vedada qualquer cobrança de taxa de administração, comissão, tarifa, encargo ou custo indireto, nos termos do art. 11 e do art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

4.11.2 Não haverá medição, faturamento ou pagamento relacionado ao valor facial dos benefícios de vale-alimentação e vale-refeição, limitando-se a remuneração da contratada exclusivamente aos serviços efetivamente prestados, conforme definido no objeto contratual e neste Estudo Técnico Preliminar.

4.11.3 O pagamento será realizado mensalmente pelo CONTRATANTE, de forma pré paga, no prazo de 5 (cinco) após a entrega da fatura/nota fiscal. O pagamento será efetuado somente por meio de boleto bancário/ficha de compensação ou transferência eletrônica para o Banco do Brasil (correntistas). Caso opte por receber o pagamento em outra instituição bancária, o custo da operação de transferência do numerário entre os bancos envolvidos será descontado do valor total da nota fiscal. Atualmente o valor da referida tarifa bancária é de R\$ 13,40.



5 – Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Inciso V, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

5.1 Deverá ser contratado o serviço de fornecimento de cartões e créditos de vale refeição e vale alimentação para aproximadamente 147 (cento e quarenta e sete) colaboradores do CRQ-IV/SP, podendo oscilar para mais ou menos, conforme a rotatividade de pessoal e aumento do quadro de colaboradores. No quantitativo foram considerados os empregados, estagiários e jovens aprendiz atuais.

6 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

Inciso VI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

6.1 A estimativa do valor da contratação foi realizada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07/07/2021 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

6.2 O método estatístico aplicado foi a média aritmética dos preços obtidos na pesquisa de mercado.

6.3 Para a pesquisa utilizou o inciso II do artigo 5º.

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Órgão / Processo / Processo	Objeto	Data	Taxa de Administração
Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª Região Chamamento Público nº 001/2025 - Inexigibilidade nº 002/205 - Processo Administrativo nº 012/2025 - Credenciamento	Credenciamento de empresas especializadas na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação	25/07/2025	0%
Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas Credenciamento nº 001/2025	Credenciamento de empresas especializadas na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação	10/09/2025	0%
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – CREA GO Edital nº 015/2025 Chamamento Público nº 002/2025	Credenciamento de empresas especializadas na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação	23/07/2025	0%



Conselho Regional de Farmácia São Paulo Processo Administrativo SEI nº CRFSP25.6.000041975-0 Credenciamento nº 389461-67/2026	Credenciamento de empresas especializadas na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale Refeição e/ou Vale Alimentação	26/01/2026	0%
---	---	------------	----

6.4 – Portanto, tendo em vista que não haverá cobrança de taxa de administração para a prestação deste serviço. O valor total estimado da contratação, para um período de 12 (doze) meses, corresponde ao valor estimado de créditos que será de R\$ 3.827.578,80 (três milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

7 – Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável

Inciso VII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

7.1 O objeto deverá ser licitado como grupo único, com definição de taxa de administração única, aplicável aos valores totais estimados do benefício, sendo prestado por empresa que realiza o gerenciamento e a administração do benefício.

7.2 Um eventual parcelamento do objeto implicaria em maior tempo de mão de obra para operacionalização e gestão dos contratos com diversos fornecedores, impactando em aumento no custo indireto da mão de obra. O eventual parcelamento também excluiria as condições e preço aplicados em escala.

8 – Contratações correlatas e/ou interdependentes

Inciso VIII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

8.1 Não existem contratações correlatas ou interdependentes em relação ao objeto deste estudo.

9– Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do órgão ou entidade

Inciso IX, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- Elemento Despesa: 6.2.2.1.1.33.90.39.019 - Programa de Alimentação ao Trabalhador.
- Planejamento Estratégico referente a Gestão 2018 a 2028
- Previsto no Plano Anual de Contratações – 2026 - Item 31

10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Inciso X, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

10.1 Contratação de empresa conforme estimativas de preço e qualidade previstos neste certame.



- 10.2 Atendimento ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e as Garantias Trabalhistas, quanto a facilitação na aquisição de refeição a todos os colaboradores do CRQ-IV/SP no âmbito nacional.
- 10.3 Continuidade da prestação dos serviços, devidamente integradas às mais modernas e seguras soluções tecnológicas disponíveis no mercado.
- 10.4 Economicidade de mão de obra para fiscalização e operacionalização de apenas um contrato, empenho e fornecedor.
- 10.5 Possível aferição ao longo do contrato do nível de satisfação dos colaboradores em relação à rede credenciada e fornecedora, por meio de pesquisa interna, que será utilizada para critério de manutenção ou interrupção do contrato.
- 10.6 Objetivos Estratégicos (OE) do :
- **OE 11** - Adotar as melhores práticas de Governança e Gestão
 - **OE 14** - Implementar políticas de valorização para manter o capital humano

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Inciso XI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 11.1 Deverá ser realizada a divulgação da mudança de fornecedor a todos os colaboradores, na hipótese da empresa a ser contratada não ser a mesma que atualmente fornece os serviços ao Conselho.
- 11.2 Considerando a possibilidade de mudança de fornecedor, serão necessários os processos logísticos anteriores ao início dos créditos como: cadastro dos beneficiários, emissão dos cartões benefícios e entrega dos cartões antes da competência seguinte, na qual os benefícios já estarão disponíveis aos usuários.
- 11.3 A Contratada deverá realizar treinamento e/ou demonstração das funcionalidades de seu portal com os empregados responsáveis pelos pedidos e emissão de relatórios
- 11.4 O acompanhamento da execução contratual do objeto será mantido por empregados da entidade que já o realizam atualmente, não demandando treinamento para o exercício das atividades de fiscalização, além de atualizações previstas

12 – Descrição dos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

Inciso XII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 12.1 Diante da natureza da contratação, e tendo em vista que os serviços serão oferecidos quase que integralmente sob a forma de plataformas digitais, esta não acarreta de forma direta quaisquer prejuízos ambientais, estando, portanto, de acordo com as regras de sustentabilidade vigentes.



12.2 No entanto, sabemos que o material utilizado na confecção dos cartões, sempre que necessário, e de acordo com a legislação sobre o tema, deverá seguir parâmetros de sustentabilidade, como por exemplo, o uso de material reciclado, se possível.

12.3 No mais, entendemos como viável a reciclagem deste material no seu descarte, tanto pelo usuário, quanto pelo Contratante e pela Contratada

13- Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Inciso XIII do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

13.1 Os estudos preliminares realizados evidenciaram a necessidade de contratação de serviços para a continuidade da concessão dos benefícios aos colaboradores do CRQ-IV/SP, atendendo aos devidos aspectos legais acerca dos benefícios.

13.2 Diante do exposto, conclui-se que a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar é viável, adequada e razoável, sob os aspectos técnico, operacional e legal. Assim, considerando os pressupostos que fundamentam a demanda, será dada sequência à elaboração do Termo de Referência, com vistas à composição do Edital de contratação da solução ora apresentada.

14 - Classificação quanto ao acesso à informação

artigo 13º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

14.1 Em conformidade com o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o presente Estudo Técnico Preliminar não se enquadra nas hipóteses legais de sigilo, sendo classificado como documento de caráter ostensivo, passível de divulgação nos termos da legislação vigente.

São Paulo, 04 de março de 2026.

Equipe Técnica de Planejamento

Fabiana Albuquerque Chaves de Oliveira
Integrante Requisitante

Elvira Fátima Pereira da Cruz Farath
Integrante Técnico

Waldemir Menezes da Silva
Integrante Administrativo